



## **CAPITAL SOCIAL, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO COMPARATIVO<sup>1</sup>**

*Dejalma Cremonese<sup>2</sup>*

**INTRODUÇÃO:** Este projeto de pesquisa trata do estudo e da análise dos conceitos de Capital social, Cidadania e Desenvolvimento regional em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul. **MATERIAL E MÉTODO:** O objetivo da pesquisa é fazer um estudo comparativo entre as cidades de Ijuí, Sananduva, Porto Alegre e Novo Hamburgo e seus níveis de participação cívica. O referido estudo tem como objetivo geral contribuir para uma melhor compreensão dos fatores de natureza política, social e cultural que se encontram associados às desigualdades econômicas atualmente observadas entre as diferentes regiões do estado. Para alcançar esse objetivo, propõe-se utilizar uma abordagem teórica (marco teórico-conceitual) fundamentada nos conceitos do capital social, da cidadania e do desenvolvimento regional. Além disso estão sendo testadas algumas hipóteses. Hipótese principal: 1) Práticas cada vez menos recorrentes de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias, podem estar associadas ao declínio do capital social de um município ou região. Além de confirmar ou não a hipótese principal, esta projeto procurará comprovar ou não as seguintes hipóteses secundárias: 1.1. quanto menor for a participação, a confiança e o associativismo, maior a fragmentação social, a violência, o clientelismo político e o declínio do IDH; 1.2. quanto maior a participação cívica e o capital social da região (confiança, associativismo e cooperação), maiores serão os níveis de desenvolvimento social, de crescimento econômico, de desempenho político (governo eficaz) e de estabilidade democrática. Para a estruturação deste projeto, estão sendo empregadas várias técnicas de investigação. A primeira diz respeito à revisão da bibliografia referente aos termos Capital social, Cidadania e Desenvolvimento Regional. A segunda técnica investigativa diz respeito ao método estatístico, através da análise dos resultados dos surveys aplicados entre os anos 2005 e 2006, respectivamente, à população urbana de Porto Alegre (Corede Região Metropolitana e Delata do Jacuí), Ijuí (Corede Noroeste Colonial), Sananduva (Corede Nordeste) e Novo Hamburgo (Corede Vale dos Sinos). O resultados desses surveys fizeram parte de um projeto interinstitucional que teve como título Desenvolvimento Sustentável e Capital Social, coordenado pelo professor Dr. Marcello Baquero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Analisaram-se também os indicadores sociais e econômicos dos municípios e regiões pesquisadas, seguindo os dados fornecidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela FEE - Fundação de Economia e Estatística, bem como a evolução do eleitorado e a participação nas últimas eleições (dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, TRE-RS). **RESULTADOS E CONCLUSÕES.** O conceito de capital social começou a aparecer recentemente na literatura acadêmica. O tema obteve uma rápida repercussão e aceitação entre os cientistas sociais. Apesar da relativa popularidade da temática, porém, não se pode definir o conceito de capital social como se fosse homogêneo, pois o mesmo envolve um conjunto de valores sociais que promovem tanto a ação individual quanto a ação coletiva. Neste sentido, sua definição é problemática; por isso,



o entendimento conceitual e teórico do capital social continua a se desenvolver. Há muitos entendimentos do que seja capital social, o que causa certa “confusão” justificável sobre o que o constitui propriamente. Isso porque teóricos utilizam palavras diferentes para conceituar capital social, as mais usuais são: energia social, espírito comunitário, laços sociais, tecido social, virtude cívica, confiança, redes associativas, relações horizontais, vida comunitária, normas sociais, redes informais e formais (bonding, bridging, linking), reciprocidade, bem comum, pró-atividade, entre outras. Neste sentido, o debate em torno do capital social não é propriamente novo nas Ciências Sociais. Teóricos como Adam Smith, Tocqueville e Coleman já haviam sugerido que, quanto maior a participação dos indivíduos em associações comunitárias, com a valorização das normas e regras democráticas, maior seria a contribuição positiva para o funcionamento e consolidação da democracia. No entanto, é com a obra *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy* (1993), de autoria do cientista político norte-americano Robert Putnam, que o conceito ganha notoriedade no meio acadêmico. No que se refere ao conceito cidadania pode-se dizer que a mesma passou por diferentes e possíveis “invenções” em períodos e espaços determinados da história e da geografia do Ocidente. Grécia e Roma consolidaram por séculos seus sistemas de governos, possibilitando e permitindo a participação de um significativo número de cidadãos. Com o desaparecimento das civilizações clássicas, a cidadania desaparece juntamente e, por um bom tempo, ficará fora de cena no Ocidente. No período medieval o burgo ocupou o lugar da polis, dando novas dimensões à idéia de liberdade, e o burguês converteu-se no protótipo do cidadão, sendo a cidade o seu habitat natural (MOISÉS, 2005). Da Mesma forma para Comparato (1993, p. 87-88), o renascimento da vida política fundada na liberdade entre iguais deu-se apenas a partir do século XI, nas cidades-estados da Península Itálica, e com características muito semelhantes às da cidadania antiga: o grupo dos que tinham direitos políticos era composto de uma minoria burguesa, sob a qual labutava toda uma população de servos e trabalhadores manuais, destituídos de cidadania. As cidades renascentistas italianas (Gênova, Florença e Veneza) também passaram por interessantes experiências democráticas e de cidadania nos séculos XV e XVI. Essas experiências foram impulsionadas, mais tarde, pelas revoluções liberais, como a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688/89), a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), quando o homem moderno passa a ver garantida, nas suas respectivas Constituições, a defesa dos direitos individuais (vida, liberdade e propriedade). Tem-se aí a consolidação da cidadania e do liberalismo, defendida, principalmente, por John Locke e Rousseau. Mais próximo de nós, no século XX, T. A. Marshall foi quem primeiro discutiu o conceito de cidadania e suas dimensões no ensaio clássico “Cidadania e classe social”. Ainda hoje, depois de mais de cinco décadas após a sua publicação (em 1949), o ensaio de Marshall continua a ser a referência teórica fundamental para quem começa a refletir sobre a cidadania na sociedade contemporânea; é o que se pode constatar, de resto, através da consulta à mais recente bibliografia dedicada a esse tema (SAES, 2000, p. 2). Os Direitos Civis, dentro da tradição descrita por Marshall, estão ligados aos direitos fundamentais do homem como direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Já os Direitos Políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, formar e participar de agremiações políticas, de



organizar partidos, de votar, de ser votado. Por fim, aparecem os direitos sociais que garantem a participação no governo da sociedade, a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria (CARVALHO, 2002, p.10). Por fim, o desenvolvimento regional pode ser definido de duas formas distintas: (i) como processo de transformação social e econômica de uma determinada região; (ii) como estágio ou situação social, econômica, política, cultural e ambiental relativamente a outras regiões, cuja mensuração e comparabilidade pode ser realizada por indicadores específicos. A pesquisa encontra-se no seu estágio inicial, com a revisão bibliográfica. Logo a seguir passaremos a fazer o cruzamento dos resultados da pesquisa empírica para avaliarmos as possíveis diferenças entre os municípios estudados.

<sup>1</sup> Pesquisa Institucional Docente

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento da Unijuí